

Política

CONSTITUIÇÃO

Com novos poderes e menos dependentes das verbas da União, o Congresso e os governadores emergem da nova Constituição dispostos a organizar estratégias para derrotar projetos de interesse do governo federal. É o caso da operação desmonte. Por trás deles, a ação de Ulysses Guimarães.

Congresso e governadores contra o Planalto

Agora que a nova Carta ampliou os poderes dos Estados e diminuiu consideravelmente a dependência que tinham da União, os governadores estão decididos a juntar forças e caminhar ao lado do Congresso Nacional para derrotar projetos do interesse do Palácio do Planalto. Na liderança dessa empreitada, os governadores contam com Ulysses Guimarães, que até então exercia apenas o papel de condutor do PMDB na obediência ao governo federal, para que os Estados não sofressem represálias. "Este papel está encerrado", comemorava ontem o governador baiano Waldir Pires, durante o almoço de aniversário de Ulysses.

O movimento de insubordinação dos governadores já tem uma primeira batalha marcada: será contra o projeto que estabelece o orçamento da União. A próxima será contra o que os governadores classificam como "artifício" para contornar a ampliação de recursos para os Estados — a chamada "operação desmonte". "Este ano, o Congresso poderá rever, através do exame do orçamento, as consequências da operação desmonte, que significará a paralisação de serviços públicos essenciais", dizia Waldir Pires, já admitindo que o projeto do orçamento poderá não passar pelo Legislativo.

Outras decisões deverão ser reavaliadas — como a que obriga os Estados a reservar 25% de seus orçamentos para pagar as dívidas internas e externas que vencem em 1989. "É uma regra sabidamente impossível de ser cumprida", disparou Pires. "Precisa haver uma negociação, não uma imposição. A matéria pode gerar um grande conflito, se não for negociada". Pires sugere que o Congresso estabeleça uma regra comum, com princípios gerais para todos os Estados, determinando os prazos de pagamento e amortização das dívidas.

Para analisar este quadro, os governadores têm reunião marcada com Ulysses na próxima quarta-feira. A palavra de ordem poderia ser submissão nunca mais. A submissão se justificava, na opinião de Pires, por vários fatores — "como a concentração de rendas internas nas mãos do governo federal, grande crescimento do endividamento dos Estados e, como consequência, reservas restritas para pagar os serviços das dívidas, investimentos e até o próprio custeio da máquina administrativa".

Aniversário

O dia ontem em Brasília foi marcado por duas comemorações dos 72 anos de Ulysses Guimarães. Mas foi ele quem distribuiu presentes: aos governadores, reafirmando sua liderança no movimento de insubmissão ao Palácio do Planalto; aos amigos mais chegados, porque admitiu oficialmente ser candidato do PMDB à sucessão presidencial. "Meu currículo é formado de alguns 'ex' e muitos 'quase'", gracejou Ulysses. E um dos 'quase' que faltam na coluna dos 'ex' é o cargo de presidente da República. "A Presidência é uma possibilidade, mas vamos esperar pelo desenrolar dos acontecimentos", recomendou. O deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), um dos articuladores da campanha, parecia mais confiante: "Dessa, o doutor Ulysses não escapa".

Ulysses estava feliz. Foi chamado alternadamente de "senhor Constituição" e "senhor presidente" pelos corredores da Câmara — e acabou chegando atrasado ao primeiro compromisso do dia, no auditório Nereu Ramos, onde 23 presidentes de Assembleias Legislativas estaduais o esperavam para a transferência simbólica dos poderes constituintes. Quando Ulysses chegou, foi saudado com um coro de "Parabéns a você".

O almoço de comemoração foi com amigos parlamentares, o governador Waldir Pires e o ex-ministro da Previdência, Renato Archer. "Todo mundo já admite a candidatura dele. Então, na prática, já é oficial", observou Heráclito Fortes (PMDB-PI). Archer, no entanto, dizia que Ulysses só será lançado oficialmente em março, depois da convenção nacional do partido, embora já desfilasse com um **botton** que ostentava a frase dos partidários do "não" no Chile, e que poderá se transformar no slogan da campanha de Ulysses: "A alegria voltará".

Planalto

Enquanto se festejava na Câmara, no terceiro andar do Palácio do Planalto, onde funciona o gabinete do presidente Sarney, os funcionários continuavam a comentar o discurso da véspera de Ulysses, com admiração. Sarney mesmo, só mereceu um gesto de compreensão dos funcionários. "Coitado. Será que era nervosismo mesmo?", diziam, referindo-se às mãos trêmulas do presidente na hora de jurar a nova Carta.

O clima não era dos mais entusiasmados. Os funcionários dos escalões inferiores estavam deprimidos com a medida assinada pouco antes da promulgação, que concede aumento de até 70% nas gratificações dos assessores dos Gabinetes Civil, Militar e do SNI.

Sarney cumpriu sua agenda rapidamente. Despachou com os ministros Leopoldo Bessone, da Reforma Agrária, Mailson da Nóbrega, da Fazenda, e João Batista de Abreu, do Planejamento. Às 19 horas, já estava gravando sua "Conversa ao pé do rádio", que vai ao ar hoje. A noite, ele reservou para o jantar na casa de Ulysses.

VIVENDO A CONSTITUIÇÃO



Jorge Ferraz, soldador mecânico, um demitido otimista na tarde confusa da DRT.

Demitidos e desinformados: Naldo, Jorge, José...

Estavam na Delegacia do Trabalho e não sabiam de seus novos direitos. Até os fiscais estavam inseguros.

O primeiro dia da nova Constituição foi confuso na Delegacia Regional do Trabalho que, há mais de uma semana, havia pedido orientação ao Ministério em Brasília, sem obter qualquer resposta. Preocupado, o delegado regional do Trabalho do Estado de São Paulo, Argeu Quintanilha de Carvalho, convocou uma comissão composta por 19 delegados das subdelegacias, mais diretores de fiscalização para a interpretação, embora ofícios, dos capítulos 6, 7 e 8 da nova Carta. Pelo menos, segundo o delegado, eles tomariam uma posição uniforme para todo o Estado. A Delegacia recebeu, ontem, de Brasília, orientação apenas no que diz respeito aos registros sindicais.

O delegado Quintanilha disse que, em todas as homologações, haveria ressalvas quanto a determinados itens, mas o que está claro como auto-aplicável está sendo obedecido criteriosamente, como é o caso do FGTS para quem foi demitido a partir desta quarta-feira. Estes têm direito a sacar o saldo de sua conta, acrescido de uma multa de 40% a ser paga pelo empregador. No caso das férias e do aviso prévio, haveria a ressalva, na homologação, de que seriam pagos posteriormente todos os direitos advindos da nova Constituição.

No primeiro dia após a promulgação da Constituição houve greves de advertência pelo cumprimento dos novos direitos trabalhistas, muitos contatos entre sindicatos de empregados e de empregadores, funcionários já demitidos que começaram a volta às empresas para receber novos cheques, plebiscitos em empresas onde os empregados decidiram sobre a manutenção ou não dos turnos de oito horas em revezamento e manifestações de empresários apontando dificuldades para cumprir o turno de seis horas.

As greves de advertência ocorreram na unidade industrial da Philips de São José dos Campos, onde 1.100 operários trabalham em sistema de revezamento com turnos de oito horas. Hoje os trabalhadores realizam assembleias no portão da empresa às 6h, 14h e 22h para decidirem a continuidade do movimento. O diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, José Benedito de Oliveira, disse que eles estão pleiteando a incorporação "imediate" das conquistas da Constituinte, de acordo

O número de homologações trabalhistas permaneceu normal nos dois últimos dias, segundo o delegado, tendo sido registrados 1.581 processos. Em setembro, foram feitas 18.728 homologações contra 16.679 em agosto.

Quase a totalidade dos empregados demitidos à espera de sua homologação na Delegacia Regional do Trabalho, ontem, desconhecia os benefícios a que têm direito na nova Carta. O soldador mecânico, Jorge Prestes Ferraz, dispensado quarta-feira (dia 5), estava confiante: acreditava que a empresa pagaria todos os seus direitos. Quanto à ressalva dos fiscais de que o trabalhador pode ter algo mais a receber e que, para isso, poderá procurar a Delegacia do Trabalho ou os sindicatos de classe, Jorge Ferraz disse que não vai brigar para receber mais nada, achando que além do que lhe pagarem agora, o "resto é conversa".

José Felix da Silva, ajudante geral, demitido dia 23 de setembro, não sabe nada a respeito dos novos direitos do trabalhador e, na verdade, não poderia dizer se o que a empresa estava pagando era tudo a que tinha direito. Vai tentar arrumar outro emprego, mas tem a certeza de que não será fácil. Assim é o caso do pedreiro Naldo

Roberto Almeida Macedo. Demitido em 27 de setembro, ele nada sabe a respeito da Constituição e de quais os benefícios que passaram a ter os trabalhadores. Apenas confia no fato de não ser prejudicado pela empresa em sua homologação.

Melhor sorte teve Luciano Ramos. Demitido quarta-feira, teve direito aos 40% de multa paga pelo empregador, além de sacar o saldo de sua conta do FGTS.

A confusão na DRT de São Paulo se repetiu em todo o País — e cada unidade decidiu fazer sua própria interpretação das leis, já que o Ministério do Trabalho não forneceu ainda qualquer orientação. "Decidimos interpretar a lei sempre a favor do empregador", dizia ontem o diretor da Divisão de Proteção ao Trabalho de Brasília, Marco Aurélio Gonçalves. Assim, quem foi despedido após o dia 6 de setembro tem direito aos 40% a mais sobre o FGTS, além do acréscimo de um terço do valor das férias, já que o aviso prévio termina depois da promulgação da nova Carta.

Os problemas são muitos. As empregadas domésticas e as patroas, por exemplo, querem saber como fica a nova relação de trabalho. As patroas são as mais preocupadas: não sabem como fazer para que as domésticas cumpram o aviso prévio; temem

que elas abandonem o emprego e, mais tarde, venham reivindicar o aviso prévio. A sugestão que recebem na DRT de Brasília é exigir a assinatura de recibo a cada pagamento, além de enviar carta registrada à empregada, ou colocar anúncio no jornal, para mais tarde comprovar o abandono do emprego.

No Rio, a confusão e a falta de orientação provocou a volta de muitos demitidos às empresas, para reclamar nos departamentos de pessoal a revisão das contas. Segundo João Coelho, um chefe de seção, 90% dos demitidos a partir de 6 de setembro estão tendo suas contas revisadas, já que com os 30 dias do aviso prévio são abrangidos pelos benefícios da nova Constituição.

Em Salvador, a Justiça do Trabalho começou a receber ontem as petições baseadas nos termos do novo texto. A Polícia Civil baiana reduziu seu trabalho à espera de esclarecimentos. Na Delegacia de Furtos e Roubos, uma das mais movimentadas, a média de apresentação de indiciados em crimes, ou suspeitos, caiu de dez para quatro. O xadrez da delegacia abrigava 90 presos — uma situação ilegal à luz da Constituição. Mas o delegado espera orientações para agir.

A PRIMEIRA GREVE

Foi na Philips de São José dos Campos: paralisações de advertência para exigir turnos de seis horas.

com a pauta de reivindicações do segundo semestre de 88, que o Departamento Metalúrgico da CUT começou a elaborar no mês passado.

A CUT decidiu iniciar o movimento pela Philips pois é lá que está concentrado o maior número de trabalhadores por turno em toda a região. José Benedito disse que, caso os trabalhadores não vejam suas reivindicações atendidas, a fábrica poderá parar na próxima semana.

A sub-delegada do Trabalho em São José dos Campos, Célia Maria de Sant'Anna, afirmou ontem que a redução da jornada ininterrupta prevê que as empresas terão de contratar nova turma. Mas ela considerou a reivindicação dos operários da Philips "precipitada" pois o ideal seria, no seu entender, que o Sindicato e a empresa iniciassem antes uma negociação. "Não se pode criar um turno de trabalho da noite para o dia", argumentou Célia Maria.

Para o presidente da Companhia Siderúrgica Nacional-CSN, Juvenal Osório, há razões mais fortes que inviabilizam a

criação de um novo turno agora: a proibição de novas contratações pelo governo atinge a Siderúrgica — uma estatal — que não vai poder cumprir a determinação do turno único de seis horas, o que implicaria na criação de um novo turno e na contratação de mais dois mil operários. Juvenal Osório pretende propor acordos aos Sindicatos mantendo os três turnos diários com oito horas de duração cada.

Outro problema para cumprir a nova determinação foi lembrado pelo presidente do Sindicato da Construção Pesada de Minas Gerais, Roberto Maluf Teixeira, para quem o aumento de custos no setor será de 25 a 50%. Sua principal preocupação é com os contratos assinados durante a vigência da Constituição anterior que, no seu entender, vão necessitar de uma revisão pois "do contrário a atuação das empresas ficará comprometida".

Quanto aos 15 mil trabalhadores da Petrobrás em todo o País, os Sindicatos dos Petroleiros já encaminharam proposta à empresa, de criação de um quinto grupo de

trabalhadores nas refinarias e terminais de transferência de petróleo e de uma nova escala nas plataformas, que seria de sete dias de trabalho por 14 de folga, enquanto que hoje são 15 dias de trabalho e 15 de folga. A assessoria de imprensa da empresa distribuiu ontem nota a todos os funcionários confirmando sua disposição de negociar e apontando a existência de várias soluções possíveis.

No ABC, os Sindicatos dos Metalúrgicos iniciam nesses dias um plano de fiscalização junto às empresas para verificar o cumprimento da nova legislação, enquanto que os cerca de 1.500 funcionários dos frigoríficos demitidos na região de Araçatuba por causa da entressafra começaram ontem a retornar às empresas para completar a rescisão contratual e receber novos cheques. Na siderúrgica Mendes Júnior, em Juiz de Fora, os trabalhadores votaram majoritariamente num plebiscito pela permanência do turno de oito horas até janeiro. Eles assinaram acordo com a empresa abrindo mão das duas horas extras a que teriam direito pela nova Carta.